

# Contra a mediocridade, contra o identitarismo: uma contribuição para o debate público e acadêmico nacional

Against mediocrity, against identitarism: A contribution to brazilian public and  
academic debate

Carlos Sávio Teixeira<sup>\*</sup>  
Tiago Medeiros<sup>\*\*</sup>

**Resumo:** No Brasil, o identitarismo é uma influente corrente de opinião amplamente propagada nas universidades e na imprensa. Ele é tão enraizado na cabeça de professores e jornalistas que suas premissas e sua agenda política parecem constituir um tipo de cultura, um vocabulário bastante difundido que define a maior parte dos debates públicos. Esse texto tem dois objetivos. Primeiro, criticar os movimentos identitários mostrando algumas de suas premissas e performances e os associando à mediocridade nacional: uma tendência histórica das elites de manter o povo brasileiro em um baixo nível de qualificação, capacitação e prosperidade. Os aspectos do identitarismo que o tornam uma extensão e uma atualização da mediocridade são seus conteúdos anti-institucional e antinacional. O segundo objetivo desse texto é apontar para o centro dos problemas nacionais, acintosamente ignorado pelos identitários brasileiros, no modo como as instituições são imaginadas e desenhadas. Se nossas intuições e nossos argumentos estão certos, o principal tópico de uma agenda de debate público nacional deve ser eliminar a mediocridade, e não a perpetuar, soerguendo uma ideia de nação por meio de um volumoso engajamento em imaginar e construir instituições.

**Palavras-chave:** Identitarismo, Anti-institucional, Mediocridade brasileira.

**Abstract:** In Brazil, identitarianism is an influential flow of opinion largely propagated into Universities and the press. It is so unrooted in the professors' and journalists' head that its premises and political agenda seem to constitute a sort of culture, a very spread vocabulary which define the most part of public debates. This text has two aims. First, to criticize the identitarian movements by showing some of their premises and performances and by associating them to the national mediocrity: an elites' historic trend to maintain Brazilian people in a low level of qualification, capacitation and prosperity. The identitarianism's aspects that make them an extension and an update of mediocrity are their anti-national and anti-institutional contents. The second aim is to point out to the core of national problems, derisively ignored by Brazilian identitarians, in the manner how institutions are imagined and designed. If our intuitions and arguments are rights, the main topic of a national public debate agenda must be eliminating the mediocrity, and not to perpetuate it, by uplifting an idea of nation through a huge engagement to imagine and construct institutions.

**Keywords:** identitarianism, Anti-institutional, Brazilian mediocrity.

Recebido em: 23/03/2023

Aprovado em: 01/11/2023

Como citar este artigo:

TEIXEIRA, Carlos Sávio;  
MEDEIROS, Tiago. Contra a  
mediocridade, contra o  
identitarismo: uma  
contribuição para o debate  
público e acadêmico  
nacional. Revista da  
Defensoria Pública do  
Distrito Federal, Brasília,  
vol. 5, n. 2, 2023, p. 35-51.

<sup>\*</sup> Doutor em Ciência Política  
(USP) e professor (UFF).

<sup>\*\*</sup> Doutor em Filosofia  
(UFBA) e Professor (IFBA).

## **Introdução**

O objeto deste texto é a mediocridade: a característica das elites nacionais relativa à atuação histórica nos domínios do pensamento e das instituições do país. É o traço que imobiliza o valor mais relevante para as comunidades nacionais no mundo contemporâneo, o único que impulsiona os cidadãos e cidadãs comuns a patamares mais elevados de experiência moral e cívica: o ideal da grandeza. Tendo adotado a carapuça identitária, uma quase língua franca da academia e das comunicações, hoje, a mediocridade passou a ser traduzida como o que não é: um meio de emancipação dos nossos problemas nacionais históricos e de transformação de nossas estruturas organizativas. Para enfrentá-la e denunciar os estigmas provenientes de sua fusão com o identitarismo, proporemos uma interpretação das consequências da corrente de opinião identitária e um esboço de projeto alternativo ao dela. Com isso, esperamos frear sua influência nos estudos sociais e no debate nacional.

O ideal da grandeza, a mensagem de engrandecimento das pessoas comuns, é antagonizada por dois expedientes contemporâneos práticos, ambos entrelaçados à agenda identitária: o expediente anti-institucional (por vezes, extra-institucional), que induz a classe falante do país a desprezar o único ambiente em que as mudanças reais são possíveis, o das instituições; o expediente antinacional, que hostiliza qualquer ideia de unidade de Brasil enquanto uma totalidade singular capaz de hospedar sonhos, ideais e interesses de um mesmo povo, para apostar na fragmentação compulsiva dos grupos de identidade, enfatizando a incompatibilidade recíproca entre minorias e majorias políticas.

Com raízes na teoria crítica alemã, no desconstrucionismo e no pós-estruturalismo franceses e nos movimentos sociais norte-americanos, o identitarismo mediocrizante das elites nacionais é mais um capítulo na história do colonialismo mental brasileiro, cujas consequências práticas anti-institucionais trataremos de exhibir<sup>1</sup>.

## **1. O identitarismo e a mediocridade**

<sup>1</sup> O tema do colonialismo mental das elites brasileiras foi exemplarmente desenvolvido por Mangabeira Unger (2018). Abordagens anteriores com o mesmo diapasão, porém com outras matizes e intenções, encontram-se nas obras de Oliveira Viana (1999), Guerreiro Ramos (1995) e Darcy Ribeiro (1995).

Como se sabe, a palavra identitarismo é cercada de significados e nuances os mais variados. São inúmeros os intelectuais que têm tratado do assunto e tentado esclarecer sua formação<sup>2</sup>. Contudo, a proliferação de interpretações sobre o fenômeno, como o que se dá com respeito a qualquer tema, avaliza polêmicas que podem desligar os debatedores do elemento básico do que tratam ao debater. O tema deste texto passa pelo significado da palavra identitarismo. Para mitigar a confusão que a palavra tem ensejado, propomos uma definição provisória, visando vistas apenas lançar balizas para referenciar o que realmente nos parece importante: interpretar a imbricação de identitarismo com mediocridade e oferecer instrumentos intelectuais e práticos para enfrentá-la.

O identitarismo é uma *corrente de opinião*. Enquanto tal, não tem um centro de controle e proliferação, nem um intelectual orgânico ou uma escola filosófica unívoca responsável por elaborar suas premissas. É experienciado no manejo de um vocabulário que vem se tornando hegemônico pela atuação das elites intelectuais nas universidades e na grande imprensa, que monopolizam o enquadramento e o enfrentamento dos problemas sociais longevos denunciados pelos porta-vozes das minorias políticas. Termos-chave, que estão na ordem do dia, e que costumamos ouvir nos telejornais matinais, nas novelas, nos livros de grande circulação e da boca de influenciadores os mais celebrados, como “empoderamento”, “resistência”, “representatividade”, “estrutural”, “desconstrução”, “opressor/oprimido”, “decolonial”, “subalternidade”, “branquitude/negritude”, “eurocentrismo/afrocentrismo”, “sororidade” etc. são derramados sobre a opinião pública como etiquetas e slogans de classificação das interações sociais, culturais e políticas no país, que se dão desde o nível elementar das relações entre familiares ou entre vizinhos até o plano mais distante e abstrato das instituições de Estado. E é através deles, de seus recortes e dos cacoetes de quem os reproduz, que assimilamos a força e a penetração da corrente de opinião identitária.

Enquanto imaginário efetivo<sup>3</sup>, o identitarismo aprofunda e consoma a experiência histórica de degeneração da energia nacional que é a *mediocridade*. A mediocridade é a entropia brasileira. O Brasil tem uma trajetória de golpes políticos e crises econômicas bastante conhecida, mas o que mais o debilita historicamente é a condução sibilina com que as elites da cultura, do dinheiro e do poder, ora de forma inconsciente, ora de forma arquitetada, levam o país e a si próprias a rebaixar

<sup>2</sup> Entre tantos outros, destacamos Antônio Risério (2019) e Francisco Bosco (2017).

<sup>3</sup> Usaremos o termo “imaginário efetivo” no sentido empregado por Cornelius Castoriadis: “A história é impossível fora da *imaginação produtiva* ou *criadora*, do que nós chamamos o *imaginário radical* tal como se manifesta ao mesmo tempo e indissolavelmente no *fazer* histórico, e na constituição, antes de qualquer racionalidade explícita, de um universo de *significações*. [...] O mundo social é cada vez constituído e articulado em função de um sistema de tais significações, e essas significações *existem*, uma vez constituídas, na forma do que chamamos o *imaginário efetivo* (ou o *imaginado*). (CASTORIADIS, 1982, p.176-177).

as expectativas e as condições de prosperidade, decência e poder na sociedade. É uma indução quase sempre premeditada à pequenez.

É isso a *mediocridade*. Seus efeitos são vários: das questões sociais mais agudas, como a fome e o desemprego, como também o atraso educacional, às questões de insegurança e violência. É que a mediocridade atinge a nossa capacidade de interpretar os fenômenos e de traçar os métodos de combate aos problemas sociais. Ela reside na incapacidade de uma nação tomar posse de sua circunstância e se assenhorar de si mesma. Impede seu povo de pôr-se em pé de igualdade com povos prósperos na maneira pela qual empunha os recursos para se soerguer diante de seus infortúnios. A sua dimensão mais densa e corrosiva não é a perpetuação de um estado mental que naturaliza as restrições ao desenvolvimento das faculdades e capacitações da comunidade nacional, é uma condenação, em que o autodesprezo leva à falta de imaginação e a falta de imaginação justifica o autodesprezo.

Como indicamos, a mediocridade alcançou sua apoteose nesse alvorecer do século XXI com o identitarismo. Ambos operam debilitando, degenerando, desfibrando a comunidade nacional, em vez de reconhecê-la e de corrigir suas imperfeições. O glossário político de onde extraímos alguns dos termos em parágrafo anterior é usado pelas elites identitárias para articular as controvérsias públicas nacionais de modo a distanciar o país da unidade necessária ao seu futuro, substituindo-a por discursos de fragmentação que mobilizam afetos com muito mais eficiência do que resolvem problemas.

Dá para constatar a mediocridade cultivada pelo identitarismo, inspecionando alguns de seus elementos mais característicos. Parte da ideologia dos movimentos e grupos de inspiração identitária consiste na *hiperpolitização da vida*. Os indivíduos são concebidos como atores políticos *full time*. Não havendo espaço na subjetividade para o que não pode ser problematizado coletivamente, a vida humana se converte em uma rotina compulsória de assembleias, eleições, negociações e conflitos – cujo objetivo final é sempre a operação de um julgamento moralizante a respeito das pessoas e das instituições. Essa experiência de politização total não se restringe àqueles que se voluntariam ao laboratório identitário, mas a todos os indivíduos que integram a totalidade da sociedade em que o experimento é realizado.

Apesar de não estar vinculada a uma escola filosófica, é possível rastrear algumas raízes do identitarismo que conferem a ele os conceitos mais consistentes ou as atitudes intelectuais mais marcantes. A politização, tal como praticada por parte de seus porta-vozes, por exemplo, tem duas raízes teóricas que se articulam, se complementam e até se confundem no jogo da militância identitária. A primeira está na herança de alguns personagens da Escola de Frankfurt, a segunda,

na herança dos intelectuais franceses associados ao Maio de 68, especialmente Jaques Derrida e Michel Foucault. A síntese prática de ambas resulta no despertar de uma aflorada sensibilidade ao cunho disciplinar da vida social contemporânea, contra cuja pressão conviria a formação da consciência de não-neutralidade política. Para proteger o indivíduo do poder e da disciplina presentes em todas as esferas da vida, há que se politizar até os recônditos de sua psique.

A raiz frankfurtiana perpassa a influência que alguns notórios acadêmicos, com destaque para os do eixo Sul-Sudeste do país, exercem na formação de quadros da militância político-partidária do país, mas, principalmente, em sua participação nos debates públicos<sup>4</sup>. Essas lideranças tem fornecido contribuições em projeções dos problemas nacionais, recorrendo não raro ao marxismo com sotaques de psicanálise – quase sempre por meio de enunciados de léxico lacaniano. Theodor Adorno tem sido, em virtude dessa simbiose, o filósofo que lidera o imaginário desses professores, concedendo o temperamento intelectual e a atmosfera da atividade de pensamento e ação política deles<sup>5</sup>.

A raiz foucaultiana é bem mais difundida. Ela penetra na academia nacional, principalmente pelos Programas de Pós-Graduação de Ciências Humanas e centros de pesquisa, domínios do saber nos quais o filósofo francês adquiriu um prestígio quase irrevogável. Dali, ela alcança os níveis da educação básica, em que suas ideias são reelaboradas em uma linguagem mais pedagógica, popular e sentimentalizada. A sensibilidade que Foucault tornou possível com o que chamou de microfísica do poder é, desde então, condição para a interpretação dos problemas sociais como um todo; outrossim, seus produtos anteriores, a genealogia das instituições e a formação da sociedade moderna, terminam por contribuir para aflorá-la<sup>6</sup>. Sendo o mundo moderno

<sup>4</sup> Entre eles, convém mencionar diretamente Vladimir Safatle, Márcia Tiburi, Marcos Nobre. Esses e alguns outros respeitados e influentes articuladores de ideias trazem ao grande público reflexões de cariz adorniano, com ênfase no conceito de “dialética negativa”. Embora haja diferenças de rigor e de qualidade da apropriação teórica entre eles no uso e manipulação dos conceitos desta tradição intelectual.

<sup>5</sup> A ideia de que a atividade crítica encerra por si só a faculdade de esclarecer o que está obscuro é desenvolvida paradigmaticamente na escola de Frankfurt. Ali, está apresentada a versão mais apocalíptica da modernidade, como uma espécie de beco sem saída, na qual a única esperança, bastante esquelética, estaria na crítica profunda e radical capaz de revelar o horror da realidade sob o domínio implacável da alienação produzida por uma cultura de fetichismo. É uma corrente de pensamento que exemplifica o espírito e os limites do criticismo negacionista, que nos parece de todo impotente para informar caminhos transformadores.

<sup>6</sup> A tese de Foucault é que houve uma institucionalização negativa (termo nosso, não de Foucault) no mundo moderno decorrente do modelo institucional adotado pelas demais instituições ou replicados nela. Trata-se do modelo prisional. A eloquente narrativa do processo que levou a punição via castigo corporal, com a espetacularização das sanções em torturas e espartilhamentos, para afirmação do poder do monarca, no século XVIII, ao Código Penal humanizador que cerceia a liberdade do criminoso com vistas a reeducá-lo e discipliná-lo. A disciplina pretendida com o encarceramento teria se propagado em instituições como escolas, hospitais, asilos, fábricas, manicômios, quartéis etc., dadas as semelhanças operacionais nelas inscritas e as funções sociais a que elas servem. A disciplina se baseava no expediente da vigilância. Cumprimento de horários, realização de tarefas, prestação de serviços, seriam exemplos da vigilância constante sobre os corpos na institucionalidade dedicada a torná-los dóceis. Seriam engrenagens pelo disciplinamento fornecidas pelo modelo humanizador do sistema prisional à sociedade como um todo. Na ironia de Merquior: “o carcereiro transcende o cárcere” (MERQUIOR, 1985, p. 165).

incompatível com os projetos que ele anuncia, a modernidade é simplesmente inviável. É a partir desse entendimento que a agenda distópica ganha centralidade: a administração da injustiça com o elogio dos injustiçados e um asfixiante pessimismo com relação ao que se tornou o mundo moderno ocidental<sup>7</sup>.

Os movimentos identitários operam pela *primazia do conflito* sobre os demais processos sociais. Toda a sociedade funcionaria como um circuito de processos que delimitam, orientam, induzem e cerceiam a ação humana. Cooperação, acomodação, adaptação e assimilação seriam parte dessa dinâmica; mas, na retórica identitária, o conflito adquire envergadura ontológica de fundação do circuito social. As repercussões dessa ênfase são drásticas.

A sociedade ocorreria em meio e graças aos atritos, que precisariam de ser reconhecidos em seu caráter geral e originário. Lutas, tensões e confrontos definiriam o todo da sociabilidade humana. Sem essa percepção, sem a constatação do conflito imanente à ontologia social, os indivíduos repousariam na inércia de uma vida inautêntica, alienada e oprimida. O imaginário identitário acomoda a crença de que os sujeitos adquirem sua autonomia somente na observância da natureza conflitiva da vida social e do posicionamento consciente contra os adversários ou inimigos<sup>8</sup>.

Não surpreende que essa ênfase na dimensão beligerante da vida em sociedade seja gregária de uma leitura ultrateórica que atribui ao mal status de homogeneidade. A tendência dos movimentos identitários é a de raciocinar como se os entraves para o êxito social e para a autorrealização das pessoas – o gatilho do reposicionamento delas no jogo – fossem localizados em uma mesma raiz, ou elencáveis desde uma mesma origem. Haveria uma causa única para todos os sofrimentos e transtornos, todos os malogros, humilhações, desgastes e sujeições. Essa obsessão monocausal é envernizada pelos truques teóricos possibilitados pelo uso pseudocientífico de categorias gráfico-virtuais como “sistema” e “estrutura”. Tais noções permitem a simulação de uma unidade de transmissão de injustiças, que, por sua vez, seria delegável à própria base social e atribuível às formações invisíveis e ubíquas, as quais se situam, ao mesmo tempo, em todas as

<sup>7</sup>Ainda no contexto de manipulação da raiz grega “topos” para fins conceituais, Foucault ficou conhecido por ter enunciado os seis princípios da *heterotopia*, categoria que presta o reconhecimento dos espaços não-homogêneos e que vão das prisões aos hotéis, dos museus aos jardins botânicos.

<sup>8</sup>Essa distinção entre adversário e inimigo, que é cara a Chantal Mouffe (1993, p. 4) – e que expressa a influência de Carl Schmidt sobre sua filosofia –, em *The Return of the Political*, é inteiramente contrafactual no bojo das lutas identitárias. Sob a primazia do conflito e do esvaziamento da identidade individual nos laços sociais em que está amarrada, a subjetividade é uma arena de batalha constante, em que a cooperação é meramente um intervalo entre dois conflitos. É, portanto, impossível que dessa concepção saia qualquer ação política reconstrutora. Daí ser a negatividade (no sentido de “ser contra”, sob pretexto de ser crítico) o leitmotiv tanto dos intelectuais como dos políticos identitários.

consciências, sem pertencer a nenhuma delas. Assim, se diz de um “racismo estrutural” (ALMEIDA, 2019), de um “machismo estrutural” (HINTZE, 2020), de uma “LGBTfobia estrutural” (PEDRA, 2019). O que é esse estrutural? É a suposta instância originária das assimetrias, injustiças, violências, crueldades e perversões.

A teoria social que se utiliza da ideia de estrutura geralmente recorre a três movimentos: 1) tenta distinguir em todo contexto histórico uma estrutura que forma as atividades rotineiras reproduzidas em uma sociedade; 2) representa a estrutura como exemplo de um tipo de organização repetível e indivisível, como se formasse uma totalidade<sup>9</sup>; 3) apela a leis tendenciais que geram uma sequência compulsiva das estruturas em sucessão histórica (UNGER, 2004). A ideia de estrutura pode ser representada, entretanto, de maneira muito diversa à convencional (que, obviamente, ajuda os militantes em seus esforços de essencialização da realidade, como na redução das relações a pares como opressores e oprimidos, dominadores e dominados, mocinhos e bandidos, etc.). Uma resposta à constatação dos limites dessa maneira de se pensar a estrutura é simplesmente ignorar as plataformas organizativas vigentes nas sociedades. Não nos parece ser o melhor caminho.

O problema fundamental com o identitarismo é seu irrealismo empedernido em relação a dois pontos cruciais. O mundo moderno não evoluiu a ponto de se poder abandonar o paradigma dos Estados nacionais e, ademais, nenhuma transformação se mostrou factível sem tradução institucional. Os identitários performam como a desprezar dolosamente ambas as coisas. Conforme esclarece o sociólogo Shmuel Eisenstadt a respeito das grandes revoluções, que trouxeram ao Ocidente moderno a experiência paradigmática da transformação:

As revoluções, especialmente as “Grandes Revoluções” denotam, antes de mais nada, mudanças radicais dos regimes políticos – muito além da deposição dos governantes, ou mesmo dos grupos dirigentes. Denotam uma circunstância na qual esta deposição e mudança, algumas vezes acompanhada pela execução ou assassinato dos dirigentes, e outras, “apenas” pelo seu derrube e afastamento, têm como consequência uma mudança radical nas regras do jogo político e nos símbolos e bases de legitimação do regime. Esta mudança é geralmente violenta – mas a violência que eclode nestas revoluções não é semelhante à que se detecta em tumultos e revoltas. Pelo contrário, o que caracteriza esta violência é o seu

<sup>9</sup> Esse segundo movimento ocasiona confusões como a que abate a reflexão de Sílvia Almeida sobre o racismo estrutural. Querendo não identificar racismo a estrutura, mas tentando generalizar o racismo em relação às manifestações individual e institucional, o autor pontua que o fenômeno é apenas “uma parte da estrutura” que ordena a sociedade através de instituições. O que se pode inferir disso é que há uma parte da mesma estrutura que não é racista. Mas essa inferência e suas consequências teóricas não são feitas, são omitidas. A ordem social é totalmente concebida pelo que é retoricamente assumido como “parte”, mas que é efetivamente tratado como o *todo* da estrutura. Eis porque, após dizer que o racismo é “um dos componentes orgânicos” da estrutura, o autor conclui que as instituições de uma ordem social são racistas porque “a sociedade é racista”. (ALMEIDA, 2019 p. 31)



fundamento ideológico, equiparável à quase santificação. Esta justificação encontra-se frequentemente enraizada na tentativa de articular a mudanças de símbolos, bases de legitimação, e o enquadramento institucional básico de um regime, com novas visões da ordem política e social. É esta articulação que surge como distintiva nestas revoluções. (Eisenstadt, 2006, p. 41).

Isso significa que toda mudança passa por uma reconfiguração institucional e que a política precisa ser pensada a partir das *comunidades nacionais* em nome das quais os Estados e suas respectivas instituições têm sua razão de ser e para as quais eles atuam<sup>10</sup>. A função básica do Estado é proteger e potencializar a sociedade nacional, eliminar, quando possível, e mitigar, quando necessário, os fatores de agonia e padecimento que a abatem, como a pobreza, a fome, a violência, o desemprego, o despotismo, a corrupção, a discriminação etc. O enfrentamento a esses flagelos requer clareza quanto ao imperativo da unidade nacional desprezado pelo identitarismo.

Os identitários pensam que o agente da política são os grupos constituídos por identidades compartilhadas. Mas esse compartilhamento nunca abrange a comunidade nacional, porque isso implicaria uma coalizão com aqueles denunciados como os dominadores na história do país. Assim, optam os identitários por virar as costas ao fato de que a política nacional e internacional é tocada primeiramente pelos Estados – teatros do ordenamento das sociedades e representantes de suas comunidades nacionais em nível global –, agarrando-se a abstrações sobre uma irrealizável solidariedade entre grupos, eventualmente transnacionais, de indivíduos com sofrimentos comuns, padeceres que seriam invariavelmente impingidos pelo próprio Estado.

O trabalho normativo do teórico identitário, que presenteou a grei de militantes com a consciência dos conflitos e com a percepção da circunstância hostil em que estão circunscritos, dada a própria origem monocausal da opressão consagrada no Estado, consiste apenas em juntar uma coisa à outra e concluir pelo expediente politicamente sonoro da *resistência*. Se o que nos oprime é muito maior do que os indivíduos de carne e osso, então a nossa luta é a mais digna das lutas e a tarefa moral de *resistir* a mais edificante das tarefas. Assim, sob o imperativo do conflito como norma e com o trunfo e o truque da simplificação originária da opressão, a agenda da resistência confere o sentido total à pauta identitária.

<sup>10</sup> A ideia de comunidade aqui é comparável à sustentada pelo sociólogo estadunidense Robert Nisbet: “O sentido da relação entre indivíduos que são caracterizados por alto grau de intimidade pessoal, de coesão social ou de compromisso moral, de continuidade ao longo do tempo. A base da comunidade pode ser parentesco, religião, poder político, revolução ou raça. Pode ser, na verdade, qualquer uma de um grande número de atividades, crenças ou funções. O que é essencial é que a base seja atrativa o bastante e que seja duradoura o bastante para engajar certo número de seres humanos, para despertar lealdades e para estimular uma sensação dominante de uma identidade que os caracteriza.” (NISBET, 1973, p.1). Tradução nossa.



A agenda da resistência empurra para longe a agenda da criação, a saber: os esforços de pensadores e ativistas que pensam a condição humana como a de seres imaginativos e criativos<sup>11</sup>. Ser resistente é reter o que há de monádico e autêntico diante da ameaça promovida por mal efetivo ou iminente. Resistir é conservar. Mas uma sociedade nacional precisa ser criada e recriada constantemente, incorporando os conflitos como episódios de autoelaboração (ou, como diz Cornelius Castoriadis, de “auto-instituição”). Isso requer que o conflito não seja lido como a ocupar um lugar privilegiado na vida em sociedade e que a resistência não seja a mensagem de suas vanguardas. Por isso, a via para o soerguimento de um povo como o brasileiro precisa de se orientar pelos dois eixos que são eliminados no discurso identitário: o eixo da nação enquanto o todo que nos integra e identifica e o eixo das instituições enquanto o foro para administrar as tensões e conflitos e convertê-los em experimentos civilizatórios provisórios ou duradouros. Daremos agora maior atenção a esta segunda dimensão.

## **2. A participação do identitarismo no imaginário institucional predominante no Brasil**

Agora, tratemos de situar o identitarismo pela perspectiva do imaginário institucional brasileiro. O pensamento e as práticas institucionais, que envolve desde a militância à jurisdição no país, encontram um número relativamente pequeno de expressões e podem ser reduzidos a duas maneiras de abordar, intelectual e praticamente, as instituições. De um lado, se as concebe como um sistema funcional, desenhado para contemplar toda a variedade de demandas sociais de forma neutra e impessoal. Chamemos essa de abordagem da *racionalização*. De outro, se as pensa como conglomerados que praticam e sacramentam desigualdades e injustiças históricas residuais. Chamemos essa de abordagem *crítica*. (TEIXEIRA E MEDEIROS, 2021, p. 4-8).

A abordagem da racionalização é predominante entre setores da elite política, da imprensa *mainstream* e da academia, especialmente nas Ciências Sociais Aplicadas, como o Direito e a

<sup>11</sup> Exemplos dessa agenda são as obras de Unger (1987) e de Castoriadis (1982). Parte significativa dos esforços intelectuais desses autores consiste em reconhecer nas sociedades a condição de artefato e de coisa singular. As sociedades se igualam pelo fato de serem criações humanas e não fenômenos da natureza, por um lado, e por deterem conteúdo irreduzível a outras sociedades, por outro. A antropologia filosófica por trás desse reconhecimento propõe uma ideia de humanidade de acordo com a qual cada indivíduo é uma manifestação irrefreável de ultrapassagem de suas circunstâncias dadas o seu atributo principal, que Unger chama de “imaginação criadora” e Castoriadis chama de “imaginário radical”, a saber: a faculdade de recombina dados da experiência e pôr no mundo o novo. Do ponto de vista estritamente político, a mensagem que essa antropologia fornece é a da democracia como experimentação coletiva constante. E o método para essa experimentação é a inovação institucional.

Economia. A abordagem crítica é pauta das disciplinas acadêmicas associadas às Humanidades, bem como onde o pensamento desconstrucionista e pós-estruturalista floresceu. Parte dos políticos profissionais e do jornalismo de opinião tenta fazer combinações de ambos os pensamentos.

A mais forte tendência de tratamento das instituições é um tipo de pensamento e programa de ação que repousa sobre a crença de que o ordenamento institucional de uma sociedade deve realizá-la inibindo as ameaças insurgentes desde seu interior. Nessa visão, instituições existem unicamente para impedir tombos, rupturas e solavancos, garantindo que a sociedade não sofra os reveses de processos desviantes. Por isso, elas devem ser desenhadas para imprimir força e resiliência, vez que a função material do sistema de instituições é garantir *estabilidades*. As instituições seriam entes estáveis capazes de oferecer estabilidade às interações a que se prestam como articuladoras. Por limitar o escopo do institucional às coisas que não estão sujeitas à mudança, essa consciência é institucionalmente conservadora.

No Brasil, ela consagrou uma história de dramas cíclicos por ter sido misturada com o colonialismo mental, a atitude epistêmica e comportamental que caracteriza, de há muito, as elites nacionais no que diz respeito ao país que elas lideram<sup>12</sup>. Como o desenho da institucionalidade política foi, ao menos desde a Proclamação da República, dependente da importação de arranjos institucionais exitosos no Atlântico Norte, as nossas instituições, em sua maioria, não refletem as demandas reais e profundas de nossa sociedade nacional, nem projetam um ideal de aperfeiçoamento de nossa singularidade. A tentativa de conviver com pacotes institucionais exógenos só tem redundado em crises sistêmicas, e isso desde muito antes da Constituição de 1988<sup>13</sup>.

A nossa consciência institucional média, temperada pelo colonialismo mental, favorece a adesão a instituições ralas e anêmicas. Totalmente desligada da sociedade brasileira e

<sup>12</sup> Extraímos a noção de colonialismo mental de Roberto Mangabeira Unger. Convém um trecho em que o autor esclarece como o colonialismo mental opera: “As ideias a respeito da estrutura da sociedade, de sua possível transformação e dos imperativos e alternativas institucionais são fixadas, sob o reino do colonialismo mental, por correntes de pensamento dominantes nos países orientadores. A cultura popular fica desligada de qualquer ideário ou projeto voltado para a reconstrução da sociedade e de suas instituições. E na medida em que se torna objeto das preocupações da alta cultura, sobretudo da cultura acadêmica, vira folclore.” (UNGER, 2018, p. 19).

<sup>13</sup> Não seria inoportuno explorar, ainda no domínio do colonialismo mental, com atenção a essa antecedência histórica, o efeito “psicológico” da formação colonial da sociedade brasileira, para cujo enquadramento recorreremos a Alberto Guerreiro Ramos: “A situação colonial, posta em questão hoje por sociólogos e economistas, é entendida como um complexo, uma totalidade que impõe certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas. Um dos traços desta psicologia coletiva é a dependência, certo bilingüismo, a duplicidade psicológica, condições que tornam limitadíssima a possibilidade de uma identificação da personalidade do colonizado com a sua circunstância histórico-natural imediata” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 37).

desinteressado por suas características, potências, virtudes e vontades, ela tem sido, contudo, a base do pensamento e do programa de ação de nossos quadros dirigentes<sup>14</sup>.

A aparente alternativa a esse quadro, no mais das vezes, é encabeçada por gente que não assume qualquer compromisso institucional de fato, a saber: com a criação, a inovação, a promoção, o esboço e a construção de instituições. Trata-se de uma atitude escapista e anti-institucional, que é prestigiada nas Universidades e no jornalismo alternativo. É a atitude da militância autoproclamada progressista ou de esquerda corroborada e reproduzida pelos propagadores da corrente de opinião identitária. Seu *modus operandi* consiste na adoção de métodos do criticismo e do desconstrucionismo, enaltecidos como trunfos empoderadores e emancipatórios, em posse dos quais camufla a completa falta de imaginação criadora face as aporias que a nossa relação histórica com as instituições nos legou.

Consolidou-se no vocabulário desses grupos o pensamento de que as instituições são constructos históricos a serviço e para prestígio das elites políticas e econômicas que as criaram, e que formam um complô homogêneo de perpetuação da opressão. A isso acrescentou-se a crença de que tais elites praticam invariável e acintosamente a exclusão social das minorias condenadas às pressões de qualquer ordenamento institucional. Com isso, o êxito do identitarismo no debate público é inversamente proporcional à construção institucional.

Sob o peso dessa premissa, a agenda ativista da elite intelectual progressista encara um dilema: não dá para aceitar essas instituições, mas não é factível que vivamos num mundo sem elas. Logo, a tarefa desconstrucionista e criticista que compete ao identitarismo encontra a sua razão de ser na *crítica* e na *acusação* das instituições que reproduzem vícios históricos, tomando por norte a denúncia dos sofrimentos humanos refletidos nessa institucionalidade, e contentando-se com os resultados barulhentos – ainda que infecundos – dessa performance. A revolta praticada

<sup>14</sup> Esse desligamento fora denunciado desde o início do século passado pelo grande jurista e cientista social Oliveira Vianna: “Certo, os elaboradores do nosso direito escrito – que, nas capitais litorâneas, no Parlamento e nas universidades, organizam e constroem sistemas constitucionais para o nosso povo [...] julgam que estes tipos sociais, estes usos e costumes, estas instituições sociais – que estão aí vivos e atuantes no seio das nossas populações rurais das matas, dos sertões, dos pampas, da orla marinha e formam o substratum vivo e orgânico do nosso Direito Público Costumeiro (do nosso Direito Constitucional e Administrativo não escrito) – são apenas formas aberrantes ou retardadas, ilegais ou deturpadas das suas belas regras, dos seus belos princípios, dos seus belos mandamentos, dos seus belos ideais e “sonhos”: – e, como tais, não merecem ser considerados nem nos seus programas de partidos, nem nas construções jurídicas (Constituições) que elaboram para o nosso povo. Entretanto – frise-se bem esta observação – estes usos, estes costumes, estes tipos, estas instituições, formando o complexo da nossa culturologia política, “penetram” – para empregar a expressão de Frobenius – a psique dos nossos “cidadãos”, principalmente nos campos, e constituem-se em motivos determinantes da sua conduta quotidiana na vida pública, não só no povo-massa, como mesmo nas elites superiores. Não são criações improvisadas e individualizadas, saídas da cabeça de alguns homens, ou sábios, ou corrompidos. Formaram-se lentamente sob a ação dos séculos, têm uma história social e coletiva, uma gênese cientificamente determinável e, na sua maioria, buscam a sua origem num passado remoto: muitos deles vêm do período colonial; mesmo alguns têm uma existência assinalável desde o I século, desde a época dos Donatários” (OLIVEIRA VIANNA, 1999, p. 192).

e promovida por essa militância é eficaz em mobilizar aqueles a quem promete proteção e a seus simpatizantes de causa. Na ausência do que construir, todos vão ao conflito. Esse anti-institucionalismo bem poder ser chamado de pan-conflitivista: o que importa é ter um adversário, não uma ideia nova e o compromisso com uma obra institucional que sintetize os conflitos numa direção transformadora.

Ao desistir do debate institucional, o identitarismo anti-institucional, que se apresenta como consciência alternativa à consciência institucional vigente, subscreve a consciência conservadora ortodoxa e hegemônica. Quem acaba por falar em instituições, pensa sempre e apenas pela abordagem racionalista que exorta a estabilidade. Ao fim do dia, permanece recaído sobre um judiciário empilhado de processos a tarefa de dar amarras ao que a cultura enche de incentivos. O identitarismo ajuda a homologar a ordem vigente emprestando a ela o selo de abertura à criticidade e compensa sua falta de imaginação institucional com o ideal da representatividade: ocupar os espaços de poder constituídos, sem alterá-los, para encher de orgulho um grupo de identidade marginalizado.

### **3. Um institucionalismo factível e eficaz contra o denunciismo anti-institucional identitário**

O traço talvez mais marcante do identitarismo é a dialética infecunda entre, de um lado, a denúncia e o protesto ruidosos contra a ordem classificada como opressora e, de outro, o completo silêncio acerca da institucionalidade alternativa que porá fim à opressão mantenedora da ordem. Eis uma contradição desconcertante, porque a discrepância entre diagnóstico e correção não é sequer percebida como problema, apesar de sê-lo. Com a performance passional um tanto histórica em relação aos males congênitos da modernidade coexiste uma mudez obsequiosa em relação aos meios de providenciar uma nova ordem institucional desprovida dos vícios renhidamente denunciados.

Um exemplo é a resposta ao chamado racismo estrutural, concebido como uma totalidade preñe de todas as artimanhas condenatórias às possibilidades de autoafirmação dos negros, cuja resposta política em par das palavras de ordem com repulsas morais típicas do militantismo são as cotas raciais concebidas dentro da estrutura existente. É ação, portanto, que gera uma compensação retrospectiva que exclui a maioria dos negros de seu benefício. O mesmo raciocínio vale para a argumentação feminista: depois do descortínio de todas as maldades patriarcais opressoras, a

“alternativa” é a defesa da igualdade proposta pelo liberalismo desde o século XVIII, mas que, segundo os identitários, contraditoriamente, sempre foi apenas um artil para a reprodução de relações como as típicas do patriarcado<sup>15</sup>.

Uma alternativa teórica à perspectiva identitária anti-institucional, com particular ênfase na organização institucional e em suas variedades de tipos, concebe a política como transformação estrutural rotineira, em oposição tanto ao reformismo da política de ganhos marginais (na lógica do “neoliberalismo progressista” abraçado pelos identitários que se veem diante de obrigações práticas) como a prática revolucionária da sucessão instantânea e explosiva de toda ordem por outra (na lógica da esquerda convencional, sob a influência do marxismo), se baseia numa visão que define a realidade como marcada pela contingência. Nela, a sociedade se constitui como uma espécie de campo de relacionamento entre agregados sociais, sempre mediados por instituições, que têm suas formações garantidas pela regularidade, mas que não existem como entidades constitutivas, no sentido de sua integração a uma formação maior entendida como o sistema social.

A sociedade assim percebida, como expressão de um conjunto de eventos humanos, em permanente formação, capaz tanto de se fossilizar quanto de se abrir a novos experimentos, desperta possibilidade para uma concepção de política como transformação institucional das contradições em que toda sociedade se assenta. Por isso, a ideia de alternativa não é uma palavra solta, um slogan, mas um momento permanente de vivência socioinstitucional, cujo sentido mais profundo é o de suscitar atos reconstrutores. Isso implica um espaço destinado ao pensamento programático que é sonogado na concepção desconstrucionista da política e na fantasia identitária da resistência.

Nesse tipo de atividade intelectual, a ligação entre teoria e prática (ideias e política) cumpre o papel de ajudar a se conhecer as opções institucionais: mapeando extensivamente os problemas, criticando-os através de sua decomposição analítica e propondo alternativas que recombinem as

<sup>15</sup> Isso evidencia déficit sociológico da discussão sobre patriarcado numa sociedade capitalista. Um dos traços mais notáveis da “lógica do capital” é o de sempre reduzir sociologicamente todos os membros da ordem sob o seu controle à exploração no mercado, indistintamente: “Economicamente, os simples mecanismos do processo de valorização do capital e a expansão da forma-mercadoria são cegos ao sexo. A lógica do lucro é indiferente à diversidade sexual. [...] A divisão entre sexos é um fato da natureza: não pode ser abolida, como o pode ser a divisão entre classes, um fato da história. As diferenças biológicas que definem os dois sexos, além do mais, tornam-nos interdependentes, enquanto existir a espécie: se a abolição dos sexos é impossível, sua separação também o é. Essas necessidades recíprocas, que são uma constante na história da humanidade, dentro e através da extensa diversidade de aparências sociais que elas assumiram, sempre asseguraram que as regras e mecanismos da dominação masculina se fizessem acompanhar de formas e graus de compensação feminina, sem nenhum equivalente estrito nas relações econômicas entre os produtores imediatos e os que se apropriam de seus produtos. Sem essa dialética, a maior parte da história dos afetos humanos seria inimaginável.” (ANDERSON, 2004, p. 224-225).

partes decompostas de outra maneira<sup>16</sup>. O resultando é a desmistificação do poder e o conhecimento empírico de seus mecanismos colocado à disposição da reorganização dos artefatos institucionais que regulam os interesses e os ideais formadores da estrutura da vida social.

Essa política transformadora supõe também outra forma de relação entre razão e imaginação, apontando para a superação do contexto em que os limites da intervenção política têm sido determinados pelas visões estreitas, que pregam ou que aceitam a revolução e a reforma de ganhos marginais como únicas atividades políticas possíveis. Com isso, queremos apontar para uma noção criadora da imaginação, com a qual o pensamento e a prática política estejam habilitados a ir além da racionalidade repetidora e do exercício imaginativo de cariz meramente utópico ou distópico – como no identitarismo.

O caminho alternativo que queremos propor é articulado com uma ideia de imaginação centrada na criação afirmativa, que emprega a simulação dos mundos possíveis em desenhos detalhados de uma outra forma de vida social a partir do vigente e em diálogo reconstrutivo com ele. A imaginação não é apenas a representação hipotética dos estados de coisas, dos fenômenos, pela reprodução mental de uma imagem, mas sobretudo a performance mais complexa da atividade mental que submete esses fenômenos a uma operação combinatória com variações incontáveis dentro dos limites de um possível intuitivo. Nesse sentido, a imaginação é o que nega o real apenas para afirmá-lo em outros termos, e rejeita o mundo para criá-lo. Também em política, portanto, a imaginação é a faculdade da construção.

#### **4. Conclusão: A reconstrução nacional como superação da mediocridade**

O imperativo de superação da mediocridade brasileira se apresenta na rejeição intransigente da ideia de que as soluções para os graves problemas nacionais dispensam inovações institucionais. Em todos os domínios da vida nacional precisamos de novas maneiras de organizar as coisas. Não se pode inferir o conteúdo de tais inovações de abstrações conceituais como

<sup>16</sup> A prática da imaginação institucional é dividida metodologicamente em três momentos: mapeamento, crítica e apresentação de alternativas. Por mapeamento entende ser a tentativa de descrever a microestrutura institucional juridicamente definida, por seus ideais juridicamente enunciados, em detalhe. Já a crítica é a exploração da interação entre as estruturas institucionais detalhadas e os ideais que se tornaram realidade ou foram frustrados. E a alternativa é a proposição de recombinação das partes dessa organização, juridicamente estabelecida, com o propósito de melhor atender aos interesses e ideais em nomes dos quais ela se justifica. (UNGER, 2004b, p. 159-165).

capitalismo, socialismo, democracia, mercado, *welfare state*. As opções institucionais decisivas situam-se num nível de concretude que tais abstrações não alcançam.

A proposta que defendemos é o construtivismo institucional: um programa de ideias que aprecia as proporções do drama institucional no Brasil e prescreve as soluções para seus impasses (TEIXEIRA e MEDEIROS, 2021). Ele sustenta que a combinação entre contingência histórica, política como experimento e plasticidade (conceito modulador) como virtude e performance são componentes inseparáveis de qualquer fenômeno social e institucional sustentável no mundo moderno<sup>17</sup>. Não cabe aos construtivistas investir na mera estabilidade, porque estabilidade é o resultado tardio e provisório de processos institucionais e não a matriz criadora de instituições. No mesmo diapasão, a cópia institucional que entusiasma a consciência das elites brasileiras pressupõe haver pacotes prontos de instituições para empreendimentos civilizatórios seguros. Não os há.

Um regime social, econômico e político que nos fizesse grandes de maneira diferente é mais desejado do que um regime que nos fizesse iguais, mas condenados à pequenez. Se as pessoas têm a sua vida ordinária enriquecida material e moralmente, ampliada a sua abrangência, aprofundada a sua experiência cotidiana, instrumentalizadas as suas faculdades e capacitações, diversificadas as suas alternativas e escolhas, intensificados os seus laços e afetos, não há virtude que priorize a igualdade na hierarquia de objetivos da vida coletiva como pressupõe confusamente a porção identitária de nossa mediocridade.

Uma vez que se ponha a grandeza como o valor supremo da política progressista, o problema central da agenda transformadora passa a ser a inibição do acesso a uma vida maior pelas condições institucionais e de consciência que turvam os intelectuais e agentes da política. Essa inibição é o que torna uma sociedade contemporânea como a nossa medíocre. A superação de problemas reais, espinhosos e mortificantes como a desigualdade integra um pacote de atribuições cuja realização não permite conciliação com a mediocridade<sup>18</sup>. Portanto, para encarar a

<sup>17</sup> Entre essas categorias, a que devemos destacar é a *plasticidade*. A definição de Unger, que nos parece a mais compatível com os nossos propósitos e horizontes, é oportuna: “Por plasticidade entenda-se a facilidade com que as relações de trabalho entre pessoas – em uma fábrica, em um escritório, em um exército – podem ser constantemente alteradas em resposta a circunstâncias, recursos e propósitos mutáveis. Plasticidade é a oportunidade para inovar nos cenários intermediários da produção, das trocas, da administração ou da guerra e fazê-lo não apenas quando das grandes reformas ocasionais, mas por um fluxo contínuo, cumulativo de inovações em pequena escala. Conforme esta visão de plasticidade, a vantagem do controle rígido ou dos esquemas de extração do excedente superam os benefícios da plasticidade apenas em níveis relativamente baixos de disponibilidade de recursos e de sofisticação tecnológica.” (UNGER, 1987, p. 153/154). Tradução nossa.

<sup>18</sup> Para que não haja dúvidas, todos os partidos políticos que se autointitulam progressistas no Brasil como PT, Psol, PC do B e até o PDT, se conciliaram, às vezes festivamente, com a mediocridade brasileira. O fato de os governos petistas terem presidido a brutal desindustrialização do Brasil, com suas graves consequências socioeconômicas e isso praticamente não ser objeto de grande atenção é, por si só, um elemento chocante da nossa mediocridade. O mesmo



desigualdade de fato, precisamos encarar a mediocridade. O problema, entretanto, é que nem a grandeza tem sido identificada como destino da ação coletiva de nossas elites intelectuais e políticas, nem a mediocridade como o verdadeiro obstáculo. Permanecemos sob o jugo da tese esquerdista clássica de que o mal que assola a vida social nas sociedades contemporâneas é a desigualdade. Definitivamente, é necessário romper com ela.

Enfrentar a mediocridade é recusar o apequenamento que se acumula, de forma desigual, em cada domínio de cada sociedade, renovando a sujeição ao esquema de hierarquias e papéis sociais herdados, o estreitamento das experiências morais e psicológicas, as limitações de alternativas transformadoras no campo político e econômico, a acomodação com a insuficiência tecnológica e educativa, entre outras coisas em relação às quais a pobreza material é efeito, não causa. Sim, é preciso atacar a desigualdade – e todos os seus corolários –, mas cortando as suas raízes profundas. Façamos da imaginação institucional as lâminas para esse empreendimento. E não desperdicemos mais nossas energias intelectuais e políticas em denúncias e protestos estéreis.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo, Pólen Livros, 2019.

ANDERSON, Perry. *Nas Trilhas do Materialismo Histórico*. São Paulo, Boitempo, 2004.

BENJAMIN, César. O Longo Prazo Chegou. O que será do Lulismo quando a bolha estourar? *Revista Piauí*, Edição 83, agosto de 2013.

BOSCO, Francisco. *A Vítima tem sempre razão? Lutas Identitárias e o Novo Espaço Público Brasileiro*. Rio de Janeiro, Todavia, 2017.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

EISENSTADT, Shmuel. *As grandes revoluções e as civilizações da modernidade*. Lisboa, Ed. 70, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses: une archéologie de las sciences humaines*. Paris, Gallimard, 1966.

FOUCAULT, Michel, *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Paris, Gallimard, 1975.

raciocínio vale para as orientações de centro-direita e direita que também governaram o país durante a chamada Nova República, com a única diferença de estes últimos receberem as hostilidades identitárias. Para uma análise sucinta, mas contundente, das abdicações petistas à testa do Estado nacional, ver Benjamin (2013).

HINTZE, Hélio. (org.) *Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira*. Epub. Paco Editorial, 2020.

MERQUIOR, José Guilherme. *Foucault ou O Niilismo de cátedra*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

MOUFFE, Chantal. *The Return of the Political*. New York, Verso, 1993.

NISBET, Robert. *The Social Philosophers Community & Conflict in Western Thought*. Toronto, Thomas Crowell Company, 1973.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília, Coleção Biblioteca Básica Brasileira do Senado Federal, 1999.

PEDRA, Caio Benevides. *Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro*. Curitiba, Appris, 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: Formação e Sentido do Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

RISÉRIO, Antonio. *Sobre o relativismo pós-moderno e a fantasia fascista da esquerda identitária*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2019.

TEIXEIRA, Carlos Sávio e MEDEIROS, Tiago. O Construtivismo Institucional e a Democracia Brasileira. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2021.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Plasticity Into Power: Comparative-Historical Studies on the Institutional Conditions of Economic and Military Success*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Social theory: Its situation and its task*. New York, Verso, 2004.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O Direito e o Futuro da Democracia*. São Paulo, Boitempo, 2004b.

UNGER, Roberto Mangabeira. *Depois do Colonialismo Mental: Repensar e reorganizar o Brasil*. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.

VAN MIDDELLAR, LUUK. *Politicídio. O Assassinato da Política na Filosofia Francesa*. São Paulo, É Realizações, 2015.